

Documento:826984 Poder Judiciário JUSTIÇA ESTADUAL Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins GAB. DO DES. Habeas Corpus Criminal Nº 0006450-77.2023.8.27.2700/TO RELATOR: Desembargador PACIENTE: ADVOGADO (A): (DPE) IMPETRADO: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS – Palmas VOTO EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO POR MOTIVO TORPE, MEIO CRUEL E RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. A decretação da prisão preventiva está suficientemente fundamentada, tendo sido amparada na especial gravidade da conduta, evidenciada pelo modus operandi do delito, qual seja: o paciente, e outras duas pessoas, mataram a vítima por asfixia e apedrejamento em razão de uma dívida de drogas não quitada. Desta feita, não há se falar em ausência de fundamentação concreta, uma vez que, se a conduta do agente – seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despiciendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade (STJ – AgRg no RHC: 110299 PR 2019/0085581-5, Relator: Ministro , Data de Julgamento: 18/06/2019, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/06/2019). 2. O risco de reiteração delitiva também é evidenciado pelo fato de todos os réus possuírem outros apontamentos penais. Conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente possuir maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade. 3. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes (STJ – HC: 685080 DF 2021/0248782-4, Relator: Ministro , Data de Julgamento: 14/09/2021, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/09/2021). 4. Ordem denegada. Conforme relatado, trata-se de HABEAS CORPUS impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA em favor do paciente , em razão de coação supostamente ilegal praticado pelo JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DE PALMAS, nos autos n. 0017388-44.2023.8.27.2729. Admito a impetração. O paciente, em conjunto com outras duas pessoas, foi preso em flagrante e denunciado por homicídio qualificado por motivo torpe, meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima. Segundo a denúncia (evento 1): [...] Por ocasião dos fatos, na madrugada do dia 07 de maio de 2023, por volta das 4h, no imóvel (construção abandonada) localizado na Av. Perimetral Norte, esquina com Rua 9, em Taquaralto, nesta Capital, os denunciados, em comunhão de vontades, unidade de desígnios e divisão de tarefas, mataram a vítima , por motivo torpe, outro meio cruel e recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido, mediante instrumento contundente – fragmento de material de construção (conforme Laudos Periciais, declaração das testemunhas, confissão e demais provas coligidas aos autos de Inquérito Policial). Infere-se dos autos investigatórios que no dia anterior ao crime (06/05/2023), a vítima adquiriu substância entorpecente fornecida pelo denunciado e ficou devendo ao mesmo a importância de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), tendo se comprometido a quitar o débito até o período da noite. Extrai-se do feito que, no período noturno, a vítima e

os denunciados participavam de um evento festivo, momento em que o denunciado exigiu que pagasse o valor devido, tendo a vítima afirmado não dispor da importância devida naquele momento. Ato contínuo, diante da afirmação da vítima, o denunciado foi ao encontro dos outros dois denunciados e comunicou seu intento homicida, tendo sido apoiado por seus comparsas. Naquele momento, em comunhão de vontades, os denunciados convencem e/ou conduzem a vítima até um imóvel em construção. É certo que, ao chegarem ao local dos fatos, a vítima é surpreendida por um dos denunciados, que agarra por trás e pelo pescoço (lhe aplicando um “mata-leão”). Imobilizado e sem poder esboçar reação, a vítima perde a consciência e é jogada ao chão. Naquele momento, os três denunciados, munidos de animus necandi, de posse de pedras ou fragmentos de material de construção (meio cruel), desferiram golpes na cabeça e corpo da vítima, provocando as lesões corporais que levaram a óbito ainda no local (conforme Laudos Periciais, confissão e demais provas anexadas aos autos de IP). Os denunciados e , por estarem em atitude suspeitas, foram abordados por uma equipe da Polícia Militar que fazia patrulhamento preventivo e passou pelo local no instante em que aqueles deixavam as dependências do imóvel onde os fatos ocorreram. Durante a abordagem, os milicianos decidiram adentrar ao imóvel, momento em que localizaram o corpo da vítima. Ao serem questionados pelos policiais, os denunciados e confessaram a autoria delitiva, bem como afirmaram o paradeiro do denunciado , o qual fora localizado e preso por outra equipe da Polícia Militar. Por tais motivos os denunciados foram presos e conduzidos à Delegacia de Polícia para os procedimentos de praxe. Na DEPOL, os denunciados e confessaram a autoria delitiva (evento 1, docs. 11 e 13 do IP). O crime foi praticado por motivo torpe (dívida de drogas), meio cruel (apedrejamento), bem como de modo que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (vítima foi surpreendida em evidente desvantagem numérica e rendida de inopino) [...]. A decisão que decretou a prisão preventiva dos réus apresentou a seguinte fundamentação (evento 16 dos autos 00173884420238272729): [...] No caso em epígrafe, restou evidenciado ao menos nesta fase inicial, que os autuados teriam provocado a morte de outrem, com agressões e espancamento na cabeça, conforme foto anexada. Após abordagem policial por estar sem camisa e resposta de que a vestimenta estaria no imóvel abandonado, a polícia verificou a existência do corpo da vítima, no que existiu a atribuição de que a pessoa de Dionaci teria praticado o homicídio por esganadura, com a co-autoria dos demais via apedrejamento. Como bem pontuado pela acusação, se faz mister a garantia da ordem pública em crime de repercussão social e para evitar a reiteração, uma vez que todos os envolvidos tem antecedentes criminais, inclusive confessados após indagação pela defesa. Também a fim de garantir a aplicação da lei penal porque todos são moradores de rua sem indicação de endereços para as comunicações processuais. Impõe-se a segregação cautelar para garantia da ordem pública frente à situação evidenciada, ao menos neste momento para dar margem ao aprofundamento das investigações e também para formação da opinio delicti pelo órgão acusador, a fim de evitar a reiteração delituosa e também guarnecer a instrução com a individualização de cada conduta. De modo que há necessidade de aprofundamento das investigações para apuração dos fatos e circunstâncias concretas, inclusive individualização das eventuais condutas, em se tratando de três pessoas presas na mesma oportunidade e sem margem para discussão nesta fase de cognição sumária a respeito. Assim, entendendo merecer a prisão em flagrante ser convertida em preventiva para

aprofundamento das investigações, sem atrapalho e para obstar risco de reiteração, enfim como garantia da ordem pública nos termos do requerimento ministerial. Assim, há necessidade de assegurar a ordem pública e garantir a instrução sem entraves, para garantir a possibilidade de aplicação da lei penal em se tratando de pessoas sem indicação de domicílio. A periculosidade social pode ser aferida pelas circunstâncias evidenciadas no flagrante, envolvendo reiteração e crime bárbaro contra a vida, supostamente ainda por disputa relacionada às drogas. De modo que embora a gravidade do delito, por si só, não possa fundamentar a prisão, tenho que as circunstâncias peculiares deste caso impõem a segregação cautelar, ao menos nesta fase inicial, sem prejuízo de reapreciação no juízo onde tramitará a persecução. O contido nestes autos trazem presentes os pressupostos para a prisão preventiva, já que provada a existência do (s) ilícito (s) criminal (ais) e de indícios suficientes da autoria. Também os requisitos, com destaque à hipótese principal de busca da garantia da ordem pública (objetivando impedir a continuação de práticas ilícitas em reiteração delituosa frente a narrativa e registros de antecedentes) e por conveniência da instrução criminal (evitar atrapalho ao andamento processual via obstrução ativa dos autuados, quanto à necessidade de apuração no que toca às circunstâncias dos ilícitos e havendo pendência de oitivas durante a fase investigativa ora instaurada e levantamento quanto à individualização de condutas) e aplicação da lei penal por não indicação de endereços certos para comunicações processuais. Tudo isto sem prejuízo de revogação a qualquer tempo, uma vez desnaturada a necessidade imperiosa verificada nesta oportunidade, em que sequer existiu a formação da opinião delicti pelo titular da ação penal. Daí que, sem prejuízo de reapreciação no juízo natural, uma vez presentes os pressupostos e requisitos no que toca à prisão preventiva, a prisão cautelar é medida que se impõe, ao menos por ora e nesta fase da persecução. Os precedentes jurisprudenciais corroboram a necessidade da prisão cautelar com motivação principal de preservação da ordem pública, à vista da periculosidade do agente exteriorizado no risco de reiteração comum em casos tais, ao menos nesta fase e de acordo com a dinâmica dos fatos delituosos, como exteriorizado no presente flagrante. De modo que não vejo como suficientes medidas cautelares diversas da prisão, ao menos nesta fase preliminar em sede de custódia. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade concreta do ilícito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública (STJ – HC 342864) e com destaque à necessidade de barrar a reiteração evidenciada nesta fase processual. Diante do exposto, acolho o parecer do Ministério Público e com base nos artigos 310 a 313 do CPP, converto a prisão em flagrante dos autuados em prisão preventiva, os quais deverão ser mantidos recolhidos e à disposição do juízo respectivo, no aguardo do deslinde processual. SERVIRÁ ESTA DECISÃO DE MANDADO DE PRISÃO, sem prejuízo da alimentação no banco de dados (BNMP). Como visto, a decretação da prisão preventiva está suficientemente fundamentada, tendo sido amparada na especial gravidade da conduta, evidenciada pelo *modus operandi* do delito, qual seja: o paciente, e outras duas pessoas, mataram a vítima por asfixia e apedrejamento em razão de uma dívida de drogas não quitada. Desta feita, não há se falar em ausência de fundamentação concreta, uma vez que, se a conduta do agente – seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo

despiciendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade (STJ – AgRg no RHC: 110299 PR 2019/0085581-5, Relator: Ministro , Data de Julgamento: 18/06/2019, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/06/2019). No presente caso, como salientado pelo magistrado de primeira instância, o risco de reiteração delitiva também é evidenciado pelo fato de todos os réus também possuírem outros apontamentos penais. Conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente possuir maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade. Nesse sentido: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FURTO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. [...] 4. A jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar. 5. O Juízo de primeiro grau destacou que o recorrente registra em sua folha de antecedentes a prática de outros delitos, já havendo sido preso anteriormente, o que reforça a necessidade de sua prisão provisória. 6. Configurada a dedicação aparentemente habitual ao cometimento de crimes e o descumprimento de medida cautelar imposta em oportunidade pretérita, a substituição pleiteada pela defesa não constitui instrumento eficaz para obstar a reiteração delitiva, o que se mostra atingível apenas mediante a custódia preventiva do réu. 7. Recurso não provido (STJ. RHC n. 76.929/MG, relator Ministro , SEXTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016) HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, IMPEDIR/DIFICULTAR A REGENERAÇÃO NATURAL DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. JUSTIFICATIVA IDÔNEA. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. [...] 2. As circunstâncias do flagrante indicam atuação intensiva no tráfico de drogas, em razão da quantidade de arbustos plantados para comercialização (25 mil pés de maconha), bem como a ousadia do paciente, que, segundo a acusação, cultivava a droga em área de preservação ambiental permanente. Além do entorpecente, foram apreendidas armas e munições. Ademais, há risco concreto de reiteração criminosa, diante dos maus antecedentes e da reincidência do acusado. [...] 5. Habeas Corpus não conhecido (STJ. HC n. 389.098/SP, relator Ministro , QUINTA TURMA, julgado em 23/5/2017, DJe 31/5/2017) Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes (STJ – HC: 685080 DF 2021/0248782-4, Relator: Ministro , Data de Julgamento: 14/09/2021, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/09/2021). ANTE O EXPOSTO, voto no sentido de ADMITIR a impetração e, no mérito, DENEGAR a ordem. Documento eletrônico assinado por , Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 826984v2 e do código CRC 8fefef3f. Informações adicionais da assinatura: Signatário

(a): Data e Hora: 4/7/2023, às 20:13:34 0006450-77.2023.8.27.2700  
826984 .V2 Documento:826987 Poder Judiciário JUSTIÇA ESTADUAL  
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins GAB. DO DES. Habeas  
Corpus Criminal Nº 0006450-77.2023.8.27.2700/TO RELATOR:  
Desembargador PACIENTE: ADVOGADO (A): (DPE) IMPETRADO: Juiz de  
Direito da 1ª Vara Criminal – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS –  
Palmas PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS CRIMINAL. HOMICÍDIO  
QUALIFICADO POR MOTIVO TORPE, MEIO CRUEL E RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA  
DA VÍTIMA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE  
CONCRETA. MODUS OPERANDI. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES  
DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. A decretação da prisão  
preventiva está suficientemente fundamentada, tendo sido amparada na  
especial gravidade da conduta, evidenciada pelo modus operandi do delito,  
qual seja: o paciente, e outras duas pessoas, mataram a vítima por asfixia  
e apedrejamento em razão de uma dívida de drogas não quitada. Desta feita,  
não há se falar em ausência de fundamentação concreta, uma vez que, se a  
conduta do agente – seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo  
próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade,  
imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo  
despiciendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade (STJ  
– AgRg no RHC: 110299 PR 2019/0085581-5, Relator: Ministro , Data de  
Julgamento: 18/06/2019, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe  
25/06/2019). 2. O risco de reiteração delitiva também é evidenciado pelo  
fato de todos os réus possuírem outros apontamentos penais. Conforme  
pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a preservação da  
ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente  
possuir Maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos,  
inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias  
denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua  
periculosidade. 3. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares  
diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade  
efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam  
insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos  
crimes (STJ – HC: 685080 DF 2021/0248782-4, Relator: Ministro , Data de  
Julgamento: 14/09/2021, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe  
22/09/2021). 4. Ordem denegada. ACÓRDÃO SOB A PRESIDÊNCIA DO  
DESEMBARGADOR a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do  
Tocantins decidiu, por unanimidade, ADMITIR a impetração e, no mérito,  
DENEGAR a ordem, nos termos do voto do (a) Relator (a). PROCURADOR .  
Palmas, 04 de julho de 2023. Documento eletrônico assinado por , Relator,  
na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de  
2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência  
da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico  
<http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador  
826987v5 e do código CRC 1cac4155. Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): Data e Hora: 6/7/2023, às 13:14:8  
0006450-77.2023.8.27.2700 826987 .V5 Documento:826976 Poder  
Judiciário JUSTIÇA ESTADUAL Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins  
GAB. DO DES. Habeas Corpus Criminal Nº 0006450-77.2023.8.27.2700/  
TO RELATOR: Desembargador PACIENTE: ADVOGADO (A): (DPE)  
IMPETRADO: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO TOCANTINS – Palmas RELATÓRIO Trata-se de HABEAS CORPUS  
impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA em favor do paciente , em razão de  
coação supostamente ilegal praticado pelo JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DE

PALMAS, nos autos n. 0017388-44.2023.8.27.2729. Em síntese, noticia a impetrante que o paciente foi preso dia 07/04/2023, sendo negada a sua liberdade provisória sem fundamentação idônea, pois fica vedada a decretação da prisão preventiva antes de esgotadas a análise da possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Defende que o Paciente vive em situação de vulnerabilidade social, vivendo de favor e nas ruas, não possui nenhum apoio familiar e do Estado, portanto, apresenta condição social, que contribui para a prática de pequenos delitos de subsistência, mesmo assim não há passagens anteriores no BNMP. Diz que desnecessidade da prisão preventiva, pois o mesmo possui condições de responder aos fatos em liberdade, possuindo residência fixa, e labora lícitamente. Assevera que considerando as condições dos fatos e particularidades do Paciente, não se encontram presentes requisitos que pudessem justificar a medida extrema da prisão. Requer, liminarmente, revogação da ordem de prisão contra o paciente ou, subsidiariamente, a aplicação das medidas cautelares nos termos do art 319, I e IV, observados os critérios de necessidade e adequação. A liminar foi indeferida no evento 04. A autoridade impetrada não apresentou informações. Com vista, o Órgão de Cúpula Ministerial emitiu parecer em 19/06/2023, evento 17, manifestando-se pela denegação da ordem. É o relatório. Em mesa para julgamento. Documento eletrônico assinado por , Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 826976v2 e do código CRC 60e65717. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): Data e Hora: 29/6/2023, às 18:45:56

0006450-77.2023.8.27.2700 826976 .V2 Extrato de Ata Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins EXTRATO DE ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 04/07/2023 Habeas Corpus Criminal Nº 0006450-77.2023.8.27.2700/TO RELATOR: Desembargador PRESIDENTE: Desembargador PROCURADOR (A): PACIENTE: ADVOGADO (A): (DPE) IMPETRADO: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS – Palmas Certifico que a 2ª CÂMARA CRIMINAL, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão: A 2ª CÂMARA CRIMINAL DECIDIU, POR UNANIMIDADE, ADMITIR A IMPETRAÇÃO E, NO MÉRITO, DENEGAR A ORDEM. RELATOR DO ACÓRDÃO: Desembargador Votante: Desembargador Votante: Desembargadora Votante: Desembargador Votante: Desembargador